

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.067.905 - PE (2017/0054662-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : JOSE DE SOUZA BARBOSA NETO  
**ADVOGADO** : GISELE LUCY MONTEIRO DE MENEZES CABREIRA E  
OUTRO(S) - PE017242  
**AGRAVADO** : MUNICIPIO DO RECIFE  
**PROCURADOR** : JOSÉ DE ALBUQUERQUE VILARINHO FILHO E  
OUTRO(S) - PE025091

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **José de Souza Barbosa Neto**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, c, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, assim ementado (fl. 84):

*EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. ENUNCIADO 1 03 DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. ATO POSTERIOR DO JUÍZO. CONVALIDAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. 1.*

*Trata-se de apelação cível interposta em face de sentença que extinguiu a ação de execução fiscal subjacente sem resolução do mérito.*

*2. A sentença extintiva está calcada no Enunciado nº 03 do Grupo de Câmaras de Direito Público, publicado no Diário do Poder Judiciário (eletrônico) em 02.10.2014, que prevê o afastamento da nulidade em lume desde que houvesse "ato posterior do Juízo (...) determinando o prosseguimento da execução".*

*3. No caso vertente, apesar de distribuídos eletronicamente em 16/01/2009, os autos físicos só vieram a ser materializados pela Fazenda Municipal em 13/08/2009.*

*4. Todavia, em 22/08/2014, o Juízo a quo proferiu despacho, determinando a intimação da fazenda municipal para se manifestar sobre a exceção de pré-executividade, restando convalidada, pois, a distribuição eletrônica realizada em 2009.*

*5. Nesse cenário, não subsiste o fundamento adotado para a extinção do feito. 6. Apelo provido, em ordem a reformar a sentença extintiva do feito, sem resolução do mérito, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, para regular processamento da Execução Fiscal.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 489 do CPC/2015 e 40 da LEF. Sustenta que: a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal de origem remanesceu omissa acerca da prescrição intercorrente e (II) deve ser reconhecida a prescrição intercorrente no caso dos autos.

### **É O RELATÓRIO.**

Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 489 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, nestes termos (fl. 104):

*O embargante/executado interpôs exceção de pré-executividade (fls. 04/06), arguindo: (i) a ocorrência da prescrição intercorrente dos créditos tributários e, subsidiariamente, (ii) a anulação do processo, tendo em vista o Enunciado nº 03 do Grupo de Câmaras de Direito Público do TJPE. Após manifestação da Fazenda Municipal (fls. 21/29), o magistrado a quo proferiu sentença (fls. 32/33), julgando extinto o processo sem resolução do mérito, aplicando ao caso o Enunciado nº 03 do Grupo de Câmaras de Direito Público deste TJPE, sob o fundamento de que seria nula a execução fiscal 'por não existir nos autos nenhum ato processual que convalidasse a distribuição letrônica*

*Inconformada, somente a Fazenda Municipal apelou (fls. 35/56), sustentando:*

*(i) 'não aplicabilidade dos enunciados do grupo de câmara (li) 'ausência de intimação prévia da fazenda pública (iii) 'convalidação dos atos administrativos. Despacho de recebimento da execução e ordenação da citação. Prorrogação tácita do convênio e (iv) preclusão pro Judicato e proibição do ventre contra factum proprium'.*

*O acórdão, ora impugnado, deu provimento ao apelo, vez que, conforme se depreende do voto condu tor, houve despacho proferido pelo juízo a quo (fl. 20), convalidando a distribuição eletrônica e aplicando a ressalva contida na parte final do Enunciado nº 03 (em sua redação atual).*

*Nesses termos, verifica-se que não há omissão no acórdão recorrido, tendo em vista que o mesmo apresentou fundamentos suficientes para dar provimento ao apelo.*

*Deveras, é cediço que a parte, ao interpor recurso, estabelece a extensão do efeito devolutivo do mesmo, devolvendo-se ao*

*Tribunal a possibilidade de se examinar todas as questões que se relacionarem somente àquilo que foi impugnado, delimitando-se a extensão do referido efeito devolutivo. (grifo nosso).*

*Assim, o acórdão embargado examinou todas as questões atinentes à aplicação, ou não, ao caso do Enunciado nº 03 do Grupo de Câmaras de Direito Público deste TJPE, não havendo obrigatoriedade em se examinar a ocorrência ou não de prescrição intercorrente.*

Não se pode, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (REsp 763.983/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ 28/11/05).

Dessarte, observa-se pela fundamentação do acórdão recorrido (fls. 79/85), integrada em sede de embargos declaratórios (fls. 101/105), que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Afasta-se, assim, a alegada omissão ou negativa de prestação jurisdicional tão somente pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Frise-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que para o julgador, se não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

A propósito, confira-se:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.  
CONTRATO. SEGURO, VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.  
INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.  
SÚMULA Nº 211/STJ. AUSÊNCIA DE COBERTURA.  
SÚMULA Nº 7/STJ.**

1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. A tese recursal vinculada aos artigos do código consumerista, apontados como violados, não foi analisada pelo Tribunal local, sequer de modo implícito, atraindo ao caso, portanto, o óbice da Súmula nº 211/STJ.

3. Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao artigo 535 do CPC, haja vista que o julgado pode estar devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pelo recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado. Precedentes.

4. Ao contrário do ora sustentado, a pretensão recursal quanto ao reconhecimento da cobertura do seguro esbarra, invariavelmente, no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1386843/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 24/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EXECUÇÃO DO CONTRATO - SUCESSÃO DE EMPRESAS - OMISSÃO NÃO VERIFICADA - ART. 515 DO CPC - FALTA DE

PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ.

1. A teor da Súmula 211/STJ, é inadmissível recurso especial para exame de matéria que não foi objeto de prequestionamento.

2. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Aplica o magistrado ao caso concreto a legislação por ele considerada pertinente.

3. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC, quando a omissão alegada nos embargos de declaração é sobre questão desinfluyente para a solução do litígio.

4. Recurso especial da primeira recorrente não conhecido e improvido o recurso da segunda recorrente.

(REsp 804921/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2007, DJ 28/05/2007)

Ademais, com relação ao art. 40, §4º, da LEF, nota-se que o referido dispositivo legal não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo

formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 161.567/RJ**, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; **REsp 1.163.939/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

